



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**Ascensão da china no sistema internacional e a sua política externa para
Moçambique.**

Baltazar Ernesto Zero

Redenção - CE

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, aos meus antepassados maternos (família Afai), naturais de Ancuabe, província de Cabo Delgado; ao meu pai Ernesto Francisco Zero e à minha mãe Maria Afai (*in memoriam*), ao meu tio Jatila (*in memoriam*), à minha amiga da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) Victoria Ambrosio (*in memoriam*), a minha querida mãe Sandra Joaquim, atual esposa do meu pai.

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradecer a Deus, por me dar muito mais do que preciso, e por me abençoar muito mais do que mereço.

Aos meus pais Ernesto Francisco Zero e Maria Afai, agradeço pelo apoio, força e amor incondicional. Sem vocês a realização desse sonho não seria possível.

Gostaria de agradecer a minha família, em especial a senhora Sandra, mãe querida, atual esposa do meu pai, que fez de tudo para tornar os momentos difíceis mais brandos. Obrigado irmãos queridos Branquinho Antônio, Danito Afai, Solange Zero, Nique Zero, Sarnet Zero por serem tão companheiros. Deixo aqui um agradecimento especial aos meus avós Zacarias e Bonga, que sempre foram o meu maior exemplo de luta e determinação na minha história e trajetória de vida.

Agradeço aos meus tios Antônio Damião e Gertrudes. Eu jamais serei capaz de retribuir todo carinho, amor e incentivo que recebi de vocês.

À Minha companheira Diana Álvaro Augusto, obrigado. Suas palavras de incentivo, otimismo e orgulho não me deixaram desistir da faculdade, muito menos desse trabalho de conclusão. Agradeço a minha Terceira mãe Sheila Vaz, que encheu meu coração de amor e esperança. Também sou grato ao seu Marido Anlay Saide, que me proporcionou a tranquilidade e o conforto que tanto precisava para vencer esta etapa. Sem a força de vocês eu não conseguiria seguir em frente.

Quero dirigir os meus agradecimentos ao meu orientador, o Professor Dr. Carlos Subuhana, pela sua disponibilidade e pelo acompanhamento exercido e por prestar toda a orientação e esclarecimentos necessários para o meu desempenho durante a construção do trabalho.

À universidade quero deixar uma palavra de gratidão, por ter me recebido de braços abertos e com todas condições necessárias que me proporcionaram dias de aprendizagem.

A todos amigos, especialmente Edson Nguenha, GitoLanga, Semo Carlos, Anifa da Conceição, VandoChicamba, Jeremias Serqueiras, meu muito obrigado. Vocês foram fundamentais para minha formação, por isso merecem o meu eterno agradecimento.

Aos meus queridos irmãos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Chitungane Sebastião e Leonardo Daniel Jorge vão também os meus agradecimentos, pelo apoio no material para realização deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos de casa Sura Subuhana e Neto Luís Adamo, por entenderem os momentos de ausência durante a elaboração de TCC. Vocês nunca negaram uma palavra de apoio, força e cumplicidade ao longo dessa etapa em minha vida.

Aos meus amigos brasileiros agradeço por todo amor, força, incentivo e apoio incondicional. Só tenho a agradecer aos meus amigos Francisco Harley de Almeida, Camilly Martins e Hiago Aquino. Obrigado pelos inúmeros conselhos, frases de motivação e puxões de orelha. As risadas, que vocês compartilharam comigo nessa etapa tão desafiadora da vida acadêmica, também fizeram toda a diferença. Minha eterna gratidão. Esse trabalho é vosso também!

EPIGRAFE

“Se quer viver uma vida feliz, amarre-se a uma meta, não as pessoas nem as coisas”.
(Albert Einstein)

LISTA DE SIGLAS

UE - União Européia

PNUD - *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*

BM- Banco Mundial

PALOP - Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe

CPI- Centro de Promoção de Investimento.

FMI- Fundo Monetário de Internacional

OUA- Organização da União Africana.

FOCAC- Fórum de Cooperação China-África

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

UNITA- União Nacional para Independência Total de Angola

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	9
2. OBJETIVOS.....	9
2.1. Objetivo geral	9
2.2. Objetivos específicos.....	10
3. JUSTIFICATIVA	10
4. HIPÓTESES	11
5. REFERENCIAL TEÓRICA.....	12
5.1. Relacionamento da China com a África	12
5.1.1 Uma nova política africana	15
5.2. A perspectiva das relações políticas entre China e África.....	17
5.2.1 A base política do desenvolvimento das relações Sino-Africanas	17
5.2.2 Complementaridade de recursos e de mercadorias.....	18
5.2.3 Complementaridade técnica	19
5.3 O Contexto da cooperação Moçambique–China e a dependência da trajetória	20
5.3.1 Breve radiografia das relações China - Moçambique.....	22
6. METODOLOGIA.....	25
7- CRONOGRAMA.....	26
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

1. APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como finalidade fazer um estudo sobre a ascensão da China no sistema internacional e a sua política externa para Moçambique. Diariamente a imprensa internacional traz notícias sobre a China, que dobra o tamanho da sua economia. E que, com imenso apetite, compra insumos, pressiona preços dos produtos básicos, invade mercados de países industrializados e em desenvolvimento lento. Mesmo nas épocas de instabilidade social e político que o Mundo vem atravessando, a China ainda vem cooperando com o mundo, em particular com Moçambique. De acordo com Bellucci (2004), a política chinesa na África constitui um dos principais componentes de sua estratégia diplomática. A análise comparativa da política chinesa na África, segundo o autor citado, mostra que o governo chinês reorientou sua política africana, para adaptar-se à mudança da situação internacional em que se encontrava, mais precisamente, adaptar-se à mudança da sua estratégia diplomática. Desde a fundação da República Popular da China, em 1949 até o fim do século XX, a estratégia diplomática chinesa atravessou cinco períodos, cada um com características distintas. (BELLUCCI, 2004, p. 233).

No caso de Moçambique, agora há mais razões, a potencialidade do país acaba despertando interesse do mundo inteiro, há também o fato de que na China a concorrência é muito grande, ao passo que em Moçambique, de certa forma, ainda há um mercado e muitas oportunidades na construção civil, recursos minerais e comércio, o que leva certos países a se interessarem por Moçambique.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é identificar e avaliar a ascensão da China no sistema internacional e a sua política externa para Moçambique, sobre tudo pretende encontrar evidências empíricas suficientes para afirmar que, de fato, as relações diplomáticas que a China tem com outros países, em particular com Moçambique, canalizam ganhos sustentáveis.

2.2. Objetivos específicos

- Analisar os tipos de acordos de cooperação que a China tem com outros países, em particular Moçambique.
- Identificar ganhos econômicos e possíveis contribuições que Moçambique tem com a cooperação chinesa.
- Problematizar os possíveis impactos sociais e econômicos causados e os tipos de problemas que esta cooperação pode trazer.
- Desvendar a motivação, ou seja, o que leva a escolha por parte dos chineses pelo destino Moçambicano.

3. JUSTIFICATIVA

O que motivou o nosso interesse pelo tema foi a tentativa de identificar ou perceber a ascensão da China no sistema internacional e sua política externa para Moçambique, começando com a questão de partida que vai orientar este estudo, que é: por que é que a China, no plano político internacional e em particular Moçambique, apesar de a cooperação Chinesa apresentar ganhos substanciais é vista atualmente como um mau doador, investidor e/ou como um risco que limita o desenvolvimento saudável e sustentável para o mundo e em particular Moçambique?

Moçambique também se insere no consolidado crescimento do interesse da República popular da China em investir política e economicamente no continente africano, a partir das necessidades chinesas de matérias primas e mercados. A presença chinesa em Moçambique não constitui um fenómeno recente, tal como em diversos países africanos. Partindo de um breve olhar de evidências históricas, as relações entre a China e Moçambique, segundo Sant´anna (2008, p. 28), datam desde a década de 1960 com o apoio à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), na Luta Armada de

Libertação Nacional (1964 – 1974). A autora citada afirma que foi somente com a proclamação da independência nacional (25/06/1975) que se estabeleceram relações diplomáticas, passando pelas mudanças do ambiente e arranjo institucional em Moçambique, tendo como consequências as mudanças do modelo econômico e político (Cf. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1990), até desaguar na atual etapa de cooperação Moçambique – China.

Segundo Macaue (2009), a China ascendeu ao segundo lugar da lista dos maiores investidores estrangeiros em Moçambique em 2008, depois de em 2007 ter ficado no sexto lugar.¹ De acordo com o Centro de Promoção de Investimentos (CPI), a China investiu 76,8 milhões de dólares em Moçambique durante o ano de 2008. A China está envolvida em muitos projetos com Moçambique, destacando-se o crédito concedido a Moçambique para a modernização e ampliação do Aeroporto Internacional de Maputo, num investimento de 75 milhões de dólares, a construção do Estádio Nacional no Zimpeto e a construção da ponte ligando a capital moçambicana, Maputo, ao distrito de Catembe, com um custo avaliado em US\$ 785,8 milhões, com 95% do financiamento fornecido pela China através de empréstimos preferenciais e de compradores.

4. HIPÓTESES

Acreditamos que esta pesquisa venha a ser relevante a partir das discussões que serão levantadas, quer no plano internacional ou nacional, no caso Moçambique. Almejamos que este trabalho ajude a perceber que a ausência de evidências sobre um impacto negativo da presença da China não se verifica apenas em Moçambique, mas quase em todo o Mundo. O foco deste estudo é tentar mostrar que a China não é um mau doador e/ou investidor ou ainda constitua um risco para o desenvolvimento saudável e sustentável do Mundo, em particular para Moçambique.

¹A África do Sul cujas empresas investiram 136 milhões de dólares em Moçambique durante o ano 2008 continua a ser o maior investidor estrangeiro em Moçambique.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

As principais questões teóricas deste projeto de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são: Sistema internacional e política externa. Outros temas como relações internacionais e cooperação Moçambique –China serão abordados a partir das questões principais.

5.1 Relacionamento da China com a África

Zhang Hong-Ming (2004) registra três fases no relacionamento da China com a África, nas décadas do período maoísta². Nos anos 1950, num mundo dividido em dois campos, sob a direção respectivamente de EUA e URSS, a grande preocupação de Pequim era, segundo Hong-Ming, ampliar o número dos seus amigos. Buscá-los entre os países da primeira vaga de independências africanas mostrou-se importante, e a tarefa veio a ser facilitada pela ocorrência da Conferência de Bandung (1955), na Indonésia³. Foi nessa Conferência que Zhu En-lai conheceu Gamal Abdel Nasser - então presidente do Egito -, outros dirigentes africanos. Desses contatos saiu o estabelecimento pioneiro de relações diplomáticas com o Egito (30.05.1956), e até o fim da década, com Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné.

Cinco princípios da cooperação chinesa que explicam o comportamento dos chineses diante dos regimes existentes na África, por vezes criticados no Ocidente são:

- 1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;
- 2) não agressão mútua;
- 3) não ingerência nos assuntos internos;
- 4) igualdade e vantagens recíprocas;

²Era Mao Tse-tung ou Era Maoísta durou desde a fundação da República Popular da China em 1 de outubro de 1949 até a subida de Deng Xiaoping ao poder em 1976 e a “desmaoização” com a inversão da política na Terceira Sessão Plenária do 11º Congresso do Partido em 22 de dezembro de 1978. O período de 1949-1976 foi dominado pela figura de Mao Tse-tung, que defendia uma visão revolucionária do comunismo, em que todos os aspectos da sociedade, cultura e política deveriam estar a serviço de causas ideológicas.

³A Conferência de Bandung foi uma reunião de 29 países asiático e africanos em Bandung (Indonésia), do dia 18 até 24 de abril de 1955, com o objetivo de mapear o futuro de uma nova força política global (“Terceiro Mundo”), visando a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo, por parte dos Estados Unidos da América e da União Soviética.

5) coexistência pacífica.

De acordo com Hong-Ming (2004), na década dos 1960, havendo Pequim entrado em desavenças com Moscou, a estratégia básica chinesa passou a ser a luta “contra a hegemonia das duas superpotências”, em aplicação da qual Mao Tsé-Tung elaborou a tese das “duas zonas intermediárias”: os países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina; e a Europa Ocidental. Um importante triunfo nessa segunda zona foi o reatamento de relações diplomáticas com a França (1964), com reflexos sobre os territórios franceses da África.

Mao Zedong afirma que a China tinha de concorrer no continente africano com o trabalho paralelo dos EUA e da URSS, mas mesmo assim, e graças em parte aos três périplos efetuados por Zhu En-lai através de países recém-independentes, no final da década eram 19 (entre 41 novos Estados) os países que mantinham relações diplomáticas com Pequim; contra cinco na década dos 1950. Na verdade, Pequim perseguia dois objetivos de ordem prática, nessa busca de reconhecimentos: barrar o estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan e ir acumulando apoios na Assembléia Geral da ONU. Quando em 1971 a Assembleia Geral retirou de Taipé a representação na ONU, em favor de Pequim, um terço dos votos foram dados por países africanos.

Voltando a acompanhar as relações da China com a África, Hong-Ming (2004) assinala que nos anos 1980, por iniciativa própria, o governo chinês redefiniu sua estratégia diplomática e política em relação àquele continente. Sublinhando que a paz e o desenvolvimento eram as preocupações a ter primordialmente em conta, os chineses insistiam junto aos eventuais interlocutores africanos em três princípios fundamentais para o relacionamento entre eles:

- 1) manutenção da independência e da autonomia;
- 2) defesa da paz no mundo; e
- 3) busca em comum do desenvolvimento.

Sob Deng Xiaoping, a China passara a preconizar uma diplomacia aberta, livre de considerações ideológicas, e despolitizou em consequência seu trabalho diplomático na África. Em termos concretos, segundo o autor citado, esforçou-se por estabelecer relações com os países antes desprezados como pró-Moscou.

Entre dezembro de 1982 e janeiro de 1983, o Primeiro Ministro chinês ZhaoZiyang efetuou um circuito de 29 dias por 11 (onze) países africanos, pondo ênfase na cooperação econômica e tecnológica. Na passagem pela Tanzânia (13.01.1983), Zhao afirmou que daí em diante a China observaria, nos seus contatos com a África, os princípios de: “igualdade e vantagens recíprocas; valorização da eficácia; diversidade nas formas de cooperação; e desenvolvimento em comum”. Hong-Ming (2004) argumenta que os interesses dos Estados em causa seriam o princípio e o fim do trabalho conjunto. Embora a África não seja a prioridade número um da diplomacia da China, o continente africano exerceu desde o início forte atração sobre os governantes da RPC, como fonte de matérias-primas e mercado para exportações, além de arena de trabalho político. No plano internacional, a regra onusiana de “um país, um voto” torna o conjunto dos africanos força eleitoral nada desprezível, e a China tem sabido cultivar pacientemente esse terreno, consciente do respaldo que lhe dá a África nas disputas internacionais.

O Presidente Jiang Zemin fez 2 (dois) périplos pelo continente e o Primeiro Ministro Li Peng, 3 (três). Em 1999, o então Vice-Presidente Hu Jintao visitou quatro países africanos. Zhu Rongji, por vários anos o czar da economia chinesa, abriu novo setor de trabalho num circuito em 1995, quando ele acertou com governantes locais novas formas de cooperação econômica sino-africana.

Dois meses após a sua volta, Zhu organizou em Pequim uma Conferência Nacional de Trabalho para a Reforma da Assistência a Países Estrangeiros, na qual foi decidida a abertura na África de (10) dez Centros para Comércio e Investimentos. Empresas chinesas estavam começando a instalar-se na África e o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica convocou, em 1997, uma conferência nacional para acertar medidas de ajuda aos empresários chineses. Um Seminário Sino-Africano de Funcionários da Gestão Econômica passou a reunir-se duas vezes por ano. Foi em culminação de todo esse trabalho que, em outubro de 2000, reuniu-se em Pequim a primeira cúpula do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

Segundo Anguiano (2008 apud PEREIRA, 2011), dentro da liderança do partido comunitária da china, havia, desde 1996, consenso para implantar uma grande estratégia diplomática, que servisse de motor para elevar o país a categoria de verdadeira potência,

atuante no sistema internacional. Após os eventos de Tiananmen ficou claro que Pequim necessitava de:

1-assegurar no plano internacional as condições necessárias ao prosseguimento tranquilo da edificação de uma China próspera e desenvolvida;

2- reduzir a possibilidade de os EUA, ou terceiros países como o apoio americano, frustrarem o projeto chinês.

5.1.1 Uma nova potência africana

Em maio de 1996, o então Secretário-Geral do Partido Comunismo Chinês (PCC) e Presidente da China, Jiang Zemin, em viagem pela África, foi convidado para falar perante a Organização da Unidade Africana (OUA), em Adis Abeba (Etiópia). Em discurso intitulado “Para uma Nova Ordem Monumental nos Anais da Amizade Sino-Africana”, Jiang Zemin desenvolveu cinco sugestões de ação para os dois lados, colocando num novo patamar de entendimento e de seriedade a cooperação da China com os países africanos.

Nas décadas dos 1970 e 1980, segundo Hong-Ming (2004), a China tinha pedido manter-se distante da turbulência que sacudia o sistema internacional do petróleo, dando-se ao luxo de fixar os preços domésticos do combustível sem referência aos preços internacionais. Em 1993, os chineses depararam-se com o fim da auto-suficiência em petróleo e a necessidade de reorganizar rapidamente suas fontes de energia primária, se queria o país continuar no caminho da modernização. Duas linhas alternativas de trabalho começaram a ser testadas:

- 1) a expansão do uso do gás natural, recorrendo a jazidas domésticas e às de países vizinhos; e
- 2) o ingresso na corrida mundial por suprimentos e reservas do ouro negro.

O primeiro contrato obtido pela China para levantar petróleo no exterior foi com o Peru, em 1993. Outras investidas foram feitas na América Latina, com êxito especial junto à Venezuela de Hugo Rafael Chávez Frias. Avanços foram também conseguidos na Ásia Central, com destaque para o Irã, e entre os países árabes do Oriente Próximo. Mas é sobretudo na África (Sudão, Angola, Argélia e outros) que as três maiores estatais chinesas do petróleo

(CNPC - China National Petroleum Corporation; CNOOC - China National Offshore Oil Corporation; e SINOPEC - China Petroleum and Chemical Corporation) vêm tendo êxito. Dezenas de acordos de comércio e investimentos foram assinados em função do trabalho dessas companhias, e em 2005 a China importou 38 milhões de toneladas de petróleo da África, 30% de todo o petróleo importado pelo país. Particularmente importante tornou-se o Sudão, país que investimentos chineses transformaram de importador em exportador de petróleo.

O interesse da China na África vai bem além dos assuntos petrolíferos. Em janeiro de 2006, o governo de Pequim deu a público um Livro Branco sobre as relações sino-africanas, notável pela abrangência dos temas tratados e pela sofisticação demonstrada no tipo de ajuda concreta prestada pelos chineses. A prática antiga de construir estádios esportivos ou grandes edifícios públicos está dando lugar a projetos de infraestrutura, que inclusive facilitam depois a atuação de empresas chinesas. Companhias privadas chinesas, sozinhas ou em parceria com grupos locais, estão construindo autoestradas, oleodutos, estradas-de-ferro, hospitais e portos.

Num outro plano, consolida-se a cooperação militar, e a África cresce como mercado para armamento de fabricação chinesa. Entre 1996 e 2003, somente a Rússia vendeu mais armas a países africanos. A cooperação militar tem sido particularmente intensa com o Zimbábue, o Sudão e a Etiópia. Em abril de 2005, seis aviões a jato para operações militares “de baixa intensidade” foram fornecidos ao Zimbábue, que no ano anterior havia comprado 12 caças e 100 veículos militares. Tanques, caças, bombardeiros, helicópteros, etc., têm sido cedidos ao Sudão. A sede da China por todo tipo de recursos que alimentem seu acelerado crescimento reflete-se na variedade de suas importações do continente africano. Algodão bruto da África do Oeste; cobre e cobalto da República Democrática do Congo; minério de ferro e platina de Zâmbia; e madeira do Gabão. No sentido inverso, manufaturas e vestuário de baixa tecnologia, da China, invadem as cidades africanas. Um Ministro da Etiópia chegou a ressaltar que 90% das mercadorias à venda no maior mercado de Adis Abeba procedem da China.

Nos dez anos anteriores ao discurso, a China investira apenas 20 milhões de dólares na África. Já em 2004, dos 15 bilhões de dólares investidos naquele continente, 900 milhões vieram da China. As linhas de crédito abertas pela China funcionam muitas vezes como um bilhete de acesso às riquezas naturais. Assim foi na Nigéria, onde a

promessa de quatro bilhões de dólares a serem investidos em refinarias, centrais elétricas e agricultura foi a chave para a obtenção de direitos para a exploração de petróleo. Mas não faltam casos em que não há produtos naturais envolvidos.

Em 2006, dados chineses diziam estar a China empenhada em 450 projetos de investimentos na África, dos quais somente 28% no setor de mineração e petróleo. Nesta faixa, segundo Hong-Ming (2004), tinham os chineses arrebatado o valioso contrato para a exploração da mina de ferro de Belinga, no norte do Gabão, pelo qual muito lutara a brasileira Vale do Rio Doce. O Banco Mundial divulgou um estudo intitulado “A Estrada de Seda da África”, no qual se adiantava haverem os investimentos chineses atingido 10% de todos os investimentos diretos estrangeiros no continente africano. O estudo afirma estarem os países da África retirando benefícios de tais investimentos, benefícios que tenderão a crescer com o aumento previsível da transferência de tecnologias.

A China assumiu o compromisso de formar 15 mil profissionais africanos, isentar de tarifas uma nova leva de importações da África, e estabelecer até cinco zonas de livre comércio. À margem da conferência, empresas chinesas assinaram acordos com onze países africanos, prevendo investimentos de US\$1,9 bilhão em setores como telecomunicações e equipamentos tecnológicos; infraestrutura; matérias primas; bancários e de seguros.

5. 2 A Perspectiva das Relações Políticas entre a China e a África

5.2.1 A Base Política do Desenvolvimento das Relações Sino-Africanas

Segundo a opinião oficial chinesa, as relações sino-africanas foram estabelecidas na base dos princípios de sinceridade, igualdade, amizade e cooperação com vantagem mútua. O respeito e o apoio mútuos no plano político constituem a base principal das relações entre as duas partes. Desse ponto de vista, de acordo com Hong-Ming (2004), as relações entre a China e os países africanos repousam sobre bases sólidas, como as descritas adiante:

1) não existem nem problemas legados pela história nem conflitos de interesse real entre a China e os países africanos, ao contrário, as duas partes estão ligadas por interesses comuns;

2) Os dirigentes chineses sempre reafirmaram que, enquanto países em desenvolvimento, a China e os países africanos pertencem todos ao “Terceiro Mundo”.

Hong-Ming (2004, p.271) afirma que no passado enfrentaram o mesmo destino e foram vítimas da agressão do colonialismo e das potências estrangeiras. Na luta prolongada para a independência e a libertação nacional e contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo, “deram provas de simpatia e apoio recíprocos”.

Durante meio século, a China alinhou-se firmemente, sob a direção das três gerações de dirigentes chineses, ao lado dos africanos, apoiando-os incansavelmente na sua luta contra o imperialismo, o colonialismo, o racismo, a hegemonia e a política do mais forte, bem como na sua luta para a descolonização do continente africano e para a libertação nacional, dando com isso uma contribuição ao desenvolvimento de sua própria economia nacional.

Hoje, a China e a África encontram-se confrontadas a tarefas comuns. A paz e o desenvolvimento são hoje o mote principal do mundo. Hong-Ming (2004) afirma que o governo chinês sempre foi fiel aos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica nas suas relações com os países africanos e sempre respeitou o regime político e o tipo de desenvolvimento escolhidos em função das realidades respectivas.

Em nenhum momento interveio nos seus assuntos internos, nem nunca quis impor seus conceitos de valor. Muito pelo contrário, os países africanos apreciam os sucessos notáveis obtidos pelos chineses na reforma e na abertura do país e esperam assimilar essa experiência chinesa e fortalecer suas relações de cooperação amigável com a China em todos os campos. (HONG-MING, 2004, p. 272)

As relações sino-africanas foram cimentadas e desenvolvidas pelas primeiras gerações de dirigentes chineses e africanos ao longo de suas lutas comuns, por décadas. Os contatos diretos entre a China Popular e os países da África remontam à metade dos anos 1950. Foram os dirigentes chineses da primeira geração e os precursores dos movimentos de libertação nacional da África que estabeleceram tais relações. (HONG MING, 2004, p. 272).

5.2.2 Complementaridade de Recursos e de Mercadorias

A África detém valiosos recursos minerais, agrícolas e florestais. Quanto à China, os recursos naturais disponíveis *por capitais* são pouco importantes; logo, segundo Hong-Ming (2004), necessita de certas matérias-primas da África. Os produtos agrícolas, os minerais, o petróleo, a madeira para construção, o algodão e o cacau da África, enquanto as máquinas agrícolas, os aparelhos eletrodomésticos, os produtos da indústria leve e agroindustriais, os artigos de uso corrente e em particular as máquinas industriais da China permitem numerosos intercâmbios comerciais entre as duas partes. Esses produtos correspondem ao nível de consumo dos povos chineses e africanos. Hong-Ming (2004) acredita que a África pode tornar-se parceiro comercial da China nesse campo. Essas complementaridades econômicas, segundo o autor, são um fator extremamente favorável à expansão da base das relações de cooperação política entre as duas partes e se traduzem nos pontos abordados a seguir.

5.2.3 Complementaridade Técnica

Atualmente, a maior parte dos países africanos carecem de gestores qualificados e de técnicas relativamente avançadas. A China possui muitas técnicas práticas (são técnicas “intermediárias” e “aplicáveis”) que podem responder às necessidades dos países africanos. Como consequência, segundo Hong-Ming (2004), a China e os países africanos podem dar prosseguimento – no respeito dos princípios de igualdade, vantagens recíprocas e divisão internacional do trabalho a uma ampla cooperação de produção, tirando proveito de suas próprias vantagens, para estimular o desenvolvimento de sua cooperação econômica e técnica. O autor citado argumenta que a complementaridade econômica, comercial e técnica podem, portanto, desempenhar um papel importante na promoção das relações políticas entre a China e os países da África.

Segundo Macaueh (2018), o comércio entre a China e os países de língua oficial portuguesa (PALOP) cresceu 21,50% de Janeiro a Julho de 2018 para se situar em 82 149 milhões de dólares, segundo números oficiais chineses divulgados pelo Fórum de Macau. A China adquiriu nesse período aos oito países da comunidade de língua portuguesa (CPLP) produtos no valor de 57 533 milhões de dólares (+20,38%) e vendeu

bens cujo valor atingiu 24 616 milhões de dólares (+24,19%), assumindo um déficit comercial de 32 917 milhões de dólares.

Com o Brasil, o seu maior parceiro comercial mundial, a China procedeu a trocas comerciais no montante de 61 312 milhões de dólares (+22,86%), ao ter vendido bens no valor de 20 063 milhões de dólares (+28,14%) e ter comprado produtos no valor de 41 248 milhões de dólares (+20,45%).

Angola surge em segundo lugar em termos de valor com um comércio bilateral que atingiu 15 825 milhões de dólares (+18,28%), com a China a ter vendido produtos no valor de 1241 milhões de dólares (-0,60%) e a ter comprado mercadorias no valor de 14 583 milhões de dólares (+20,23%).

O comércio com Portugal ascendeu a 3393 milhões de dólares (+6,81%), tendo a China vendido bens no montante de 2099 milhões de dólares (+1,43%) e adquirido produtos no valor de 1294 milhões de dólares (+16,87%).

Moçambique procedeu no período em análise a trocas comerciais com a China no montante de 1492 milhões de dólares (+45,13%), com este último país a ter vendido bens no valor de 1092 milhões de dólares (+51,93%) e a ter comprado produtos no valor de 400 milhões de dólares (+29,32%).

O comércio entre a China e os restantes países de língua portuguesa – Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – atingiu nos primeiros sete meses do ano 125,7 milhões de dólares. (MACAUHUB, 2018)

5.30 contexto da cooperação Moçambique-china e a dependência de trajetória

A histórica cooperação Moçambique – China, se enquadrada no contexto da busca de Moçambique por alternativas de emancipação política face à colonização portuguesa. A recusa do Ocidente em dar apoio logístico e material bélico durante a Luta de Libertação Nacional (1964 – 1974) e guerra civil (1976 – 1992) empurrou Moçambique a se alinhar ao bloco socialista, no qual encontrou todo o apoio necessário (material bélico, combustível e bens de consumo) até a independência em 1975.

É no contexto do cruzamento entre conflito, miséria e solidariedade com vista à emancipação política, econômica e social que devem ser enquadradas as relações de amizade e cooperação entre Moçambique e China em particular, e com os demais países tanto da antiga URSS assim como ocidentais, latino-americanos, entre outros países. China foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com Moçambique independente, a 25 de Junho de 1975 – dia da proclamação da independência nacional.

A partir de então, vários acordos foram assinados entre os dois países, no contexto da perspectiva chinesa de *win – win cooperation*, em particular no domínio da saúde, agricultura e defesa. De acordo com Hong-Ming (2004), p. 338), em 1976, os acordos na área de saúde previam o envio a Moçambique, em cada dois anos, de 12 profissionais de saúde ao hospital de Maputo e, em 1977, a China estabeleceu grandes machambas (roças) estatais, em Moamba – província de Maputo, Sul de Moçambique. Apesar de a China ter sido o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com Moçambique, tais relações não avançaram muito numa primeira fase. Jackson (1995) (apud CHIVAVA, 2010) aponta cinco fatores que fundamentaram as clivagens entre os dois países:

- i) disparidade de apoio à guerra civil em Angola, enquanto Moçambique apoiava o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a China apoiava União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA);
- ii) a declaração em 1977 de Moçambique ser “marxista-leninista” com mais inclinação para o bloco soviético do que o lado chinês, embora Moçambique tenha procurado sempre equilíbrio para não ser vinculado nem a Moscovo e nem a Pequim;
- iii) a condenação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) da invasão chinesa ao Vietnam;
- iv) o apoio chinês ao regime cambodjano liderado por Saloth Sar (também conhecido como Pol Pot ou Minh Hai) em 1979, e;
- v) o fato de Moçambique, junto com Angola e Etiópia, não ter condenado a invasão soviética ao Afeganistão, votando contra a resolução das Nações Unidas que condenava tal invasão.

A crise política militar e econômica financeira, sobretudo nos anos 1980 lançou Moçambique às instituições da Breton Woods. É nestas instituições, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), que não só Moçambique encontra apoio financeiro para atender à situação humanitária da guerra civil, como também, os dogmáticos condicionalismos capitalistas no contexto das teorias liberais que o levaram a reformas econômicas para soluções políticas. Neste sentido, é razoável aceitar que fatores históricos de cunho político militar levaram Moçambique a uma situação de dependência externa, que se traduz em ajuda externa tanto para as despesas da luta de libertação nacional quanto para o funcionamento das despesas públicas. Dito de outra forma, não foi a dependência que levou Moçambique a pedir apoio, mas sim, o inverso, ou seja, a dramática situação política de luta pela emancipação política levou o país a solicitar ajuda externa, o que o afundou numa dependência externa quase que eterna.

Esta dependência técnica e financeira tornou Moçambique em um dos países altamente endividados do mundo, chegando a um estado de crise da dívida, uma situação que persiste até hoje. Para sustentar os posicionamentos de estado de dependência em que se encontra Moçambique Castel Branco e Ossemane (2010 apud HONG-MING, 2004)) indicam que a dependência externa tem várias dimensões inter-relacionadas, podendo ser científica, tecnológica e técnica, institucional, política, econômica e financeira.

Hong-Ming (2004) afirma que foi o contexto da situação colonial, seguido da guerra civil, que não só fragilizou política, econômica e socialmente Moçambique, como também, permitiu aceder ao endividamento externo. Tal acesso ao endividamento externo aconteceu numa altura em que estava em alta a busca pelos aliados no contexto da Guerra Fria, e por isso, a ajuda externa a Moçambique com forte endividamento, não só manteria o país preso à ideologia capitalista, como também, facilitaria o neocolonialismo no âmbito neoliberal de acesso fácil à dilapidação dos recursos naturais pelos países centrais.

5.3.1 Breve radiografia das relações China-Moçambique

De acordo com Sérgio Chichava (2010, p 35), a assinatura de um acordo de Comércio e de Promoção e Proteção Recíproca de Investimento e a criação de uma

Comissão Mista para a Economia e Comércio Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010), em 2001, podem ser considerados como os dois primeiros eventos marcantes no relançamento da cooperação entre Moçambique e China após o FOCAC 2000. No mesmo ano, e no quadro das decisões saídas do FOCAC, a China anunciou o perdão de 22 milhões de dólares da dívida pública externa de Moçambique, correspondentes a 69% da dívida pública total deste país com a China (PEOPLE'S, DAILY, 2001).

Em 2007, aquando da visita de Hu Jintao a Moçambique, a China voltou a perdoar cerca de 20 milhões de dólares da dívida pública externa moçambicana, correspondentes a 87,1% da dívida contraída por Moçambique entre os anos 1980 e 2005 (AIM, 2007 apud CHICHAVA, 2010). Em 2008, a dívida pública externa de Moçambique em relação à China foi calculada em 2,9 milhões de dólares (TA, 2009). Embora seja difícil quantificar o valor global da ajuda chinesa a Moçambique, em virtude da escassez de informação, há indicações de que a ajuda da China tem sido considerável. Por exemplo, aquando da sua visita à China, Aires Bonifácio Baptista Ali, então Primeiro Ministro de Moçambique, afirmou que a China se dispôs a financiar diferentes projetos em Moçambique em cerca de 172 milhões de dólares, concedidos sob a forma de donativos, de empréstimos sem juros, ou com juros bonificados (AIM, 2010 apud CHICHAVA, 2010).

Sérgio Chichava (2010) diz que, especificamente na área de defesa e segurança, Moçambique e China possuem vários acordos que incluem assistência técnica militar, fornecimento de material logístico e de comunicações ao exército e à polícia moçambicana (viaturas, computadores, uniformes, botas, entre outros), formação de quadros moçambicanos em academias chinesas e construção de habitações para diferentes quadros deste sector. Segundo o autor citado, um dos símbolos da cooperação neste sector foi a construção e inauguração, em 2001, de um bairro militar nos arredores da cidade de Maputo destinado a quadros militares moçambicanos, avaliado em cerca de 7,5 milhões de dólares americanos. Chichava (2010) refere que, em 2009, Moçambique abriu uma chancelaria militar em Pequim. Para o ano de 2011, e no quadro da assistência anual às forças armadas moçambicanas, a China doou diverso equipamento militar avaliado em cerca de 3 milhões de dólares americanos (PORTAL DO GOVERNO DEMOÇAMBIQUE, 2010 apud CHICHAVA, 2010). Moçambique aposta ainda na China para modernizar o seu exército, sobretudo a força aérea e a

marinha, desprovidos de meios para controlar o espaço aéreo emarítimo, tendo solicitado créditos ao Governo deste país no valor de 212 milhões de dólares americanos, para aquisição de diverso tipo de equipamento militar.

Na área da saúde, Moçambique e China possuem, desde 1976, um acordo através do qual são enviados para o país, bienalmente, médicos chineses. Existe ainda um acordo assinado em 2007 para a formação de especialistas moçambicanos em diferentes áreas da Saúde (Idem).

Na educação, a China tem apoiado Moçambique, não só em termos de concessão de bolsas de estudo a estudantes moçambicanos, formação de quadros das diferentes instituições do Estado, mas também na construção e apetrechamento de algumas escolas. Entre 2004 e 2006, tinham sido formados em diferentes áreas, 183 quadros estatais moçambicanos na China. Só em 2007, foram enviados para a China 42 estudantes e 22 funcionários públicos, em virtude de acordos assinados aquando da visita do presidente chinês a Moçambique (MINEC, 2007 apud CHICHAVA, 2010).

A China recebeu 101 bolsistas oriundos de Moçambique para o ano letivo 2017/2018. Estatísticas do Ministério chinês de Educação indicam que mais de 500 estudantes moçambicanos estudam, atualmente, na China, entre os quais mais de 300 são por conta própria. Além das bolsas oferecidas no âmbito do acordo celebrado entre os dois governos, a China disponibiliza, através de universidades chinesas, bolsas para mestrado e doutoramento. Os cursos mais procurados são: Engenharia petrolífera, de minas e hidráulica, gestão turística, construção civil, economia e finanças, gestão de negócios e administração, tesouraria, comércio internacional, medicina e ensino da língua chinesa. (MACAUHUB, 31/08/19170).

As principais exportações de Moçambique para a China são a madeira, gergelim, a castanha de caju e outros produtos agrícolas e recursos. Segundo o Banco de Portugal (2011 apud CHICHAVA, 2010), entre 2004 e 2010, a China representava apenas 2,2% do total das exportações de Moçambique, sendo, nessa altura, o quarto destino das exportações moçambicanas. As três primeiras posições eram ocupadas pela Holanda (55,8%); África do Sul (16,1%) e Zimbabué (2,9%). De entre estes produtos, a madeira é o principal produto de exportação de Moçambique para a China e um daqueles cuja exploração tem sido motivo de grande controvérsia, com alguns segmentos da sociedade

moçambicana a considerarem o negócio chinês de madeira em Moçambique uma autêntica pilhagem e atentado ao meio ambiente.

De acordo com o jornal Verdade, Moçambique deverá tornar-se no segundo parceiro económico da China em África com o desenvolvimento da cooperação em sectores como a energia. De acordo com o secretário-geral adjunto do Fórum Macau, Manuel Amante da Rosa, citado pelo jornal, “o volume de negócios com Angola e o potencial que existe em Moçambique em termos da sua relação futura próxima com a China fazem com que esses dois países sejam as locomotivas da relação China-Países Africanos de Língua Portuguesa”. (VERDADE, 24/06;2011).

Luíza Dias Diogo⁴(apud CHICHAVA, 2010), por sua vez, diz que ao contrário dos doadores ‘tradicionais’, a China é vista como um parceiro que não impõe condições em relação à forma como Moçambique deve conduzir suas políticas. CHICHAVA (2010) afirma que é preciso sublinhar que apesar desta visão positiva, há consciência por parte da elite moçambicana de que se a China não interfere nos assuntos internos de Moçambique, ela impõe certas condições quando se trata de ajudar o desenvolvimento.

6. METODOLOGIA

Quanto a técnica de análise de dados, durante a pesquisa será aplicada a análise de conteúdo, pois segundo Guerra (2014, p. 38 *apud* BIRDIN, 2009), a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de carácter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos. Oliveira (2011, p 47 *apud* BIRDIN, 1997) afirma que a análise de conteúdo possui duas funções básicas: função heurística – aumenta a prospecção à descoberta, enriquecendo a tentativa exploratória e função de administração da prova – em que, pela análise, buscam-se provas para afirmação de uma hipótese. Para Moresi (2003), a pesquisa qualitativa revela áreas de

⁴ Luíza Foi Ministra do Plano e Finanças entre 1999 e 2005 do Governo de Moçambique, a partir de fevereiro de 2004, com a demissão do então Primeiro Ministro Pascoal Mucumbi, acumulou aquela pasta com a de Primeira Ministra. Foi exonerada, junto com todo o Governo em Janeiro de 2005, na sequência das eleições gerais de Dezembro de 2004. Em Fevereiro de 2005, foi nomeada de novo Primeira Ministra pelo recém-empossado Presidente Armando Guebuza. Foi exonerada em Janeiro de 2010 pelo reeleito Presidente Guebuza e substituída por Aires Ali.

consenso, tanto positivo quanto negativo, nos padrões de respostas. Ela também determina quais ideias geram uma forte reação emocional. Além disso, é especialmente útil em situações que envolvem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ideias.

Segundo Silveira e Córdova(1991, p. 58), na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

De acordo com Creswell, (2007), a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação.

Segundo Silveira e Córdova (2009), a pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador. As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Projetamos quatro etapas de trabalho, sendo a primeira a escolha do tema; a segunda, revisão da bibliografia; a terceira, elaboração do projeto; e, a quarta a redação do trabalho final e apresentação.

7. CRONOGRAMA

Atividades / Etapas	2018											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1) Escolha do tema	X											
2) Revisão bibliográfica / Fichamento		X	X	X	X							
3) Elaboração do projeto						X	X	X	X			
4) Apresentação do projeto										X		

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHICHAVA, Sergio. “Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010)”. In: CHICHAVA, Sergio & ALDEN, Chris (org.). **A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva**. Maputo: IESE, 2012, pp. 33-48.

BELLUCCI, Beluce (Org.). **Abrindo os Olhos para a China**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HONG-MING, Zhang. “A Política Chinesa na África”. In: BELLUCCI, Beluce (Org.). **Abrindo os Olhos para a China**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004, pp. 233-270.

MACAUHUB. “Comércio entre a China e países de língua portuguesa excede 82 mil milhões de dólares de Janeiro a Julho”. **Macauhub**, 03/10/2018. Disponível em: <<https://macauhub.com.mo/pt/2018/10/03/pt-comercio-entre-a-china-e-paises-de-lingua-portuguesa-excede-82-mil-milhoes-de-dolares-de-janeiro-a-julho/>> Acesso em: 10/10/2018.

MACAUHUB. “China passa de sexto a segundo maior investidor estrangeiro em Moçambique”. **Macauhub**, 27 March 2009. Disponível em: <<https://macauhub.com.mo/pt/2009/03/27/portugues-mocambique-china-foi-o-segundo-maior-investidor-em-2008-depois-da-africa-do-sul/>>. Acesso em: 11/10/2018.

MOÇAMBIQUE. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**, 1990.

SILVEIRA, Denise Tolfo & CORDOVA, Fernanda Peixoto. “A pesquisa científica”. In: GERHARD, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira (Coord.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.